

# **Perplexa e desnorçada --- Sobre as dores da esquerda no século XXI**

**Thomas A. Mitschein<sup>1</sup>**

Belém (PA), 2021

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Dr. Phil Universidade de Münster, Alemanha, Professor Adjunto do Núcleo de Meio Ambiente da UFPA. Coordenador do Programa Trópico em Movimento, UFPA.

## INTRODUÇÃO

“A questão agora para esquerda mundial é como avançar e converter o sucesso do discurso inicial em transformação política. (...) Ainda exista, em termos econômicos, um abismo claro e crescente e um grupo muito pequeno (o 1%) e outro muito grande (o 99%), divisão política não segue o mesmo padrão. Em todo planeta, as forças de centro – direita ainda comandam aproximadamente a metade da população mundial, pelo menos daqueles são politicamente ativos de alguma forma.”

Neste termos, Immanuel Wallerstein (2012 p.74.76) chama atenção sobre as grandes divisões dentro de uma esquerda mundial que dizem respeito à participação no processo eleitoral e o seu entendimento da relação entre economia e ecologia em termos globais. Quanto ao segundo aspecto, cabe lembrar que, na América Latina as experiências pós-neoliberais, alimentadas, por sua vez, pelo (pre) conceito de “as sociedades ocidentais constituem o fim da história” (Morin 2013, p. 37) fracassaram nitidamente. Não passaram de estratégias meramente miméticas, deixando os setores populares literalmente com o pires na mão.

Diante deste quadro da ecosocioeconomia da América Latina, focalizamos neste trabalho, através de uma rápida pincelada, um conjunto de problemáticas que dizem respeito aos dores socioculturais de uma esquerda internacional que sempre insistiu em organizar “salto da humanidade da necessidade para o reino da liberdade”(Karl Marx) para os produtores diretos dentro de uma perspectiva planetária.

## I

Criada em 1864 na cidade de Londres, a Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) definia a emancipação da classe operária como uma tarefa social que ultrapassava todas as fronteiras territoriais de cunho local, regional e nacional. Mas entendia a sua realização como resultado da cooperação prática e teórica dos trabalhadores dos países economicamente mais avançados. Desta maneira, deixou de lado o enorme contingente humano das regiões periféricas que, em 1850, representava 76% de uma população mundial de 1,262 bilhões de pessoas.

**Qual seria, portanto, o destino deste “proletariado externo do mercado mundial” (Darcy Ribeiro)?**

Marx, um dos fundadores da Internacional, tinha se relacionado já em 1853 com esta questão numa primeira reflexão sobre o futuro da dominação britânica na Ásia. Focalizando os avanços, trazidos pelos ingleses para o Reino do Meio após as guerras do opio, ele levanta a questão de que maneira a revolução da China pudesse proporcionar um feed back no continente europeu (MEW Bd 9. p 93-97). E em sua abordagem sobre o futuro do domínio do britânico na Índia, teórico alemão atesta ao imperialismo britânico “uma missão dupla: uma destrutiva e uma inovadora – a destruição da antiga ordem social da Ásia e a criação das bases materiais de uma ordem social de cunho ocidental na Ásia”.

Nestes termos, aborda a intervenção inglesa, não obstante as atrocidades que estava praticando naquela parte do mundo, como um "instrumento inconsciente da história" que, ao revolucionar “o despotismo oriental” (ibid., p. 133, tradução T.M.), estava puxando a Ásia para o caminho do progresso socioeconômico; este último, porém, ganharia a sua face humana somente no momento em que, nos países centrais do mercado mundial, uma grande revolução social entregasse a condução das forças produtivas modernas nas mãos do proletariado. Revela, nestes termos, uma visão que identifica claramente o progresso histórico com os avanços tecnológicos na metrópole no sentido de que, como ele escreve (Marx 1980, p. 5) no prefácio de O Capital, "o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido.”

No entanto, este prognóstico, publicado em 1867, encontrava resistências evidentes entre os narodniki (populistas) da Rússia, um grupo de intelectuais de um país semiperiférico (I. Wallerstein), que tinha entrado no século XIX de uma maneira bastante contraditória. Dispondo de um efetivo militar que ultrapassava, de longe, o de todos os seus possíveis rivais, se tornava, depois da derrota de Napoleão em Waterloo em 1815, um dos esteios das forças conservadoras na Europa que tentaram acabar, definitivamente, com as instabilidades políticas que a revolução francesa e suas ideias sobre os direitos naturais do homem tinham provocado. Mas, ao mesmo tempo, era um gigante com pés de barro que, durante as décadas posteriores ao Congresso de Viena, perdia terreno na corrida pela industrialização, transformando-se “cada vez num fornecedor de matérias primas para economias adiantadas” (Kennedy 1989, p. 170). Esta situação se manifestava, de maneira paradigmática, durante a guerra da Criméia (1853-56), na qual a Rússia, enfrentando uma aliança de turcos, franceses e ingleses, mostrou a sua inferioridade do ponto de vista do seu armamento, do treinamento dos soldados, suboficiais e oficiais de menor patente e de suas debilidades logísticas e econômicas<sup>2</sup>.

Mas considerando o seu atraso em relação aos países mais avançados, de que maneira o Colosso do Leste poderia acertar o seu passo com o dos seus rivais? Ou será que era o destino da Rússia de seguir um caminho diferente daquele que a Europa ocidental tinha tomado?

No que diz respeito aos mencionados narodniki, estes defendiam, veementemente, a segunda opção desta alternativa. Influenciados em sua fase clássica pelo Livro I do Capital de Marx - traduzido pelo esforço de populistas como Herman Lopatin e Nicholas Danielson – argumentavam que, do ponto de vista da defesa dos valores humanos, a Rússia não podia aceitar o sofrimento que a acumulação primitiva na Inglaterra tinha imposto aos produtores diretos. Por mais que a divisão de trabalho da fábrica capitalista tivesse aumentado à produtividade econômica, ela levaria à alienação profunda dos próprios trabalhadores. Partindo daí, se posicionavam, expressivamente, contra a reprodução do capitalismo da

---

<sup>2</sup> Passando pelo choque desta derrota, o regime autocrático iniciava uma série de reformas políticas, dos quais fazia parte a abolição da servidão em 1861. No entanto, diante das modalidades e da dinâmica que caracterizavam as relações sociais na Rússia, a abolição da servidão acabava favorecendo os grandes terratenentes (Lewin 1986).

Inglaterra em seu país, defendendo o princípio de que a manutenção e a consolidação da tradicional comuna camponesa (obscina) e uma política de industrialização não-capitalista, implementada por iniciativa do Estado, representariam a base para preparar o caminho para uma sociedade socialista (Walicky 1986).

Marx que, nos últimos anos de sua vida, se tinha dedicado mais sistematicamente ao estudo da Rússia, participava desta discussão e, em 1877, em sua resposta ao populista Nikolay Mikailovski que tinha atribuído a ele a ideia de que o pleno desenvolvimento do capitalismo na Rússia seria *conditio sine qua non* para chegar ao socialismo, rejeitava, categoricamente, qualquer tentativa de transformar o seu “esboço histórico do nascimento do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria filosófica do desenvolvimento geral, imposto, por seu turno, independentemente das circunstâncias históricas nas quais se encontram” (MEW 19, p. 111, tradução T.M.)”. E quatro anos mais tarde, em sua carta à Vera Sassulitsch, reafirmava que “a inevitabilidade histórica da acumulação primitiva é limitada expressivamente aos países do oeste europeu” (MEW 19 p. 242, tradução T.M.).

Não é nossa intenção de discutir aqui e agora se nestes termos se Marx, acabou iniciando uma revisão de sua suposta visão eurocêntrica que não podia aprofundar porque lhe faltou tempo de vida para isto. Apenas queremos chamar atenção que, provocado pelos populistas russos, ele, inimigo ferrenho de qualquer pensamento ortodoxo e fechado, insiste na análise minuciosa do objeto da discussão, deixando aberta a questão sobre os caminhos que a humanidade deveria adotar para organizar o "seu salto do reino da necessidade para o reino da liberdade". No entanto, esta sua cautela não foi acolhida pelos socialistas europeus que vieram depois do autor de "O Capital". Estes, em sua esmagadora maioria, apostavam firmemente nos supostos lados civilizatórios do capitalismo industrial.

## II

Os partidos socialdemocratas da Europa que criavam em 1889, no dia do centenário da queda da Bastilha em Paris, com a Internacional Socialista um Fórum de Coordenação dos seus debates políticos demonstravam um interesse maior pela situação dos povos colonizados somente a partir do momento em que a corrida imperialista entre os principais estados do velho continente pela divisão definitiva dos territórios da periferia do mercado mundial<sup>3</sup> suscitava a possibilidade do surgimento de um confronto armado de dimensões mundiais, fazendo com que os operários virassem recrutas de exércitos nacionais, lutando e morrendo nos campos de batalha pelos interesses de suas respectivas classes dominantes.

Considerando que, entre 1889 e 1914, o carro chefe da Segunda Internacional era a Socialdemocracia alemã e, no âmbito dela, o debate sobre a questão colonial foi especialmente influenciado por Eduard Bernstein e Karl Kautsky, apresentaremos a seguir os elementos básicos de suas respectivas argumentações.

No que diz respeito ao primeiro, ele prognosticava que, diante de fatores como a diferenciação dos ramos indústrias, a crescente importância do setor financeiro, as melhorias do transporte internacional e a acelerada organização dos empresários em poderosas entidades de classe, o capitalismo tinha entrado numa fase de consolidação que, acompanhada por uma expressiva ampliação do comércio mundial, estava aumentando a riqueza das nações de forma inédita. Mas já que, naquela época, a ampliação das transações internacionais estava ligada ao envolvimento maior das regiões periféricas no raio dos investimentos metropolitanos, ele precisava dar uma resposta como a socialdemocracia enquanto representação política do operariado europeu deveria se relacionar com o tratamento dos povos colonizados por parte dos poderes imperialistas.

---

<sup>3</sup> A título de exemplo, vale mencionar que a Inglaterra assume o controle direto da Índia em 1857, ocupa o Egito em 1882 e faz do Birma (hoje Mianmar) seu apêndice colonial em 1886; a França transforma a Tunísia num protetorado em 1881 e ocupa o Vietnã inteiro em 1885. No mesmo ano, durante a conferência de Berlim, a África toda está sendo partilhada, de maneira sistemática, pelos estados europeus.

“Ela combaterá - ele escreve em 1897 - a violação e o roubo de povos selvagens e bárbaros, mas entenderá a resistência contra a sua integração na esfera de instituições civilizatórias como contraprodutiva e a negação da ampliação dos mercados como uma posição utópica” (cit. in: Mitschein 1981, p. 25, tradução T.M.)<sup>4</sup>.

Isto posto, torna-se claro que, em sua argumentação sobre o futuro dos povos colonizados, ele vai além dos possíveis impactos econômicos que o avanço do capitalismo traria para a periferia do mercado mundial. Quando fala em cultura superior – uma expressão, aliás, que, naquela época, foi utilizada tanto pelos entusiastas burgueses do colonialismo como pelos seus opositores de cunho socialista -, Bernstein, de acordo com suas abordagens sobre esta problemática, tem em mente todo o elenco das instituições da democracia parlamentar e os direitos do cidadão perante a lei que, em sua visão, representavam, se comparados com as sociedades pré-capitalistas, uma cultura moderna, à qual os proletários, pelas ações políticas do próprio movimento operário socialista, estavam tendo cada vez mais acesso, mostrando que “o capitalismo tem a sua própria história de desenvolvimento que, em épocas diferentes, se apresenta de maneira distinta e que, sob a pressão de instituições modernas e democráticas, tem que assumir uma face nova (Bernstein: cit. in: Mitschein, 1981, p. 27, tradução e destaque T.M.).

---

<sup>4</sup> Nestes termos, a posição de Bernstein segue a lógica do discurso do governo norte-americano na virada do século XVIII para o século XIX com relação às populações indígenas nos Estados Unidos. Aqui cabe lembrar que, depois da guerra da independência, altos representantes políticos daquele país ficaram preocupados com a possibilidade de que a perseguição e a marginalização dos índios pudessem denegrir a imagem de uma república que se tinha estabelecido contra o despotismo europeu, dirigindo-se a todas as nações que estavam dispostas a se livrarem da tirania. Mas como, no âmbito de uma sociedade capitalista emergente, poderia se conciliar a vontade dos povos indígenas de continuar vivendo os seus tradicionais estilos de vida com o interesse dos colonos brancos de se apropriarem, ao máximo, das terras dos nativos? “Given the American `ambition for land,” escreve Robert Kagan (2006, p. 89,90) sobre a solução encontrada, “an ambition they had no real intention of restraining, and given the impossibility of the Indians preserving their ancestral customs side by side with the new commercial empire, there seemed only one way for Americans to assume their “responsibility” and to fulfill the moral obligations they believed their power imposed upon them. That was to turn the conquest of Indian land into something of positive benefit to the Indians, to bring them what Washington and other Americans unashamedly called the, blessings of civilization`. (...) Instead of conquering the Indians, they would be liberating them”. E caso os índios rejeitassem este tipo de libertação, sobrava, obviamente, a voz das armas para que mudassem de opinião. Não surpreende que esta forma, digamos, mais sólida de convencimento não era uma ideia completamente estranha ao pensamento da socialdemocracia europeia. A título de exemplo, mencionamos aqui o holandês van Kol que, na discussão sobre a questão colonial no sétimo congresso da Segunda Internacional, realizado na cidade de Stuttgart (Alemanha) em 1907, destacou:

“Se nós trazemos uma máquina para os selvagens da África Central, o que será que farão com ela? (...) Talvez os nativos destruam a nossa máquina, talvez nos matarão e nos comerão e, neste caso, (passando a mão sobre a sua barriga) eu temo que tenho preferência em relação ao Kautsky (risos na plateia). Se nos europeus chegarmos com ferramentas e máquinas nestas terras, seremos as vítimas indefesas dos nativos. Por esta razão, temos que chegar com armas na mão, por mais que Kautsky esteja chamando isto de imperialismo (cit. in: Mitschein 1980, p. 15, tradução T.M.).

Neste sentido, entendia a expansão colonial como uma missão virtualmente civilizatória que deveria criar condições para os nativos puderem alcançar os avanços socioeconômicos e políticos das metrópoles.

Mas considerando que este objetivo, na visão do próprio Bernstein, estava sujeito à sérios riscos pela ignorância e pelo egoísmo das classes dominantes, caberia aos partidos operários de corrigirem os abusos que os colonizadores europeus costumavam a praticar. Ou seja: O desafio que a socialdemocracia enfrentava, era a implementação de uma política colonial reformista, apresentada nos congressos da II Internacional, via de regra, como política colonial de cunho socialista.

Tratava-se de uma abordagem que foi veementemente criticada por Karl Kautsky, o teórico-mor da ortodoxia marxista dentro da socialdemocracia alemã, que não abria mão de uma condenação irrestrita das práticas colonialistas nas regiões periféricas e rejeitava com ênfase a ideia de que a expansão colonial elevaria o nível cultural dos nativos<sup>5</sup>.

No entanto, o seu ponto de partida foi a crítica da economia política do capital e não uma avaliação diferente das potencialidades de ação e das perspectivas das lutas dos povos colonizados. Neste quesito, os representantes da ortodoxia marxista não se diferenciavam dos seus adversários que estavam ideologicamente situados nas alas do reformismo ou do revisionismo.

“Os levantes dos próprios nativos contra a dominação externa – escreve Kautsky (1907, p. 76, tradução e destaque T.M.) no ano do mencionado sétimo congresso da Segunda Internacional, que tinha colocado na pauta das discussões a questão colonial como item prioritário - sempre poderão contar com a simpatia do proletariado combativo. No entanto, diante do acumulado poder das nações capitalistas não se deve esperar que um único destes levantes pudesse alcançar, atualmente, o seu objetivo. Somente vão piorar

---

<sup>5</sup> “A defesa dos direitos da cultura superior - destacava Kautsky - é a maior mentira da ética do capitalismo (...). Dentro da própria nação, esta ética se manifesta pela imposição do direito superior do proprietário sobre os que não têm propriedade nenhuma. Em relação à outras nações que devem ser exploradas, ela proclama, no fundo, mais nada do que a justificativa do suposto direito das nações capitalistas de dominarem toda a humanidade”(Kautsky, 1907, p. 19, tradução T.M.).

o destino dos nativos. Por mais que a socialdemocracia esteja sentindo com as suas rebeliões; não tem como promovê-las considerando que, também, não incentiva revoltas sem perspectivas do proletariado na própria Europa”.

Mas ao fazer da resistência dos povos da periferia contra o regime colonial uma variável dependente do estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas, Kautsky simplesmente negligenciava que “o protesto contra exploração, humilhação e opressão tem a sua justificação a partir da ameaça atual da dignidade humana e não a partir da reflexão sobre aquilo que é socialmente possível” (Negt 1984, p. 83). Introduzia, assim, uma profunda dose de infâmia no conceito da maturidade (Max Horkheimer), já que, no dizer de Oskar Negt e Alexander Kluge (1981 p. 567, tradução e destaque T.M.), “para alguém que está sendo levado à força, a ideia de que a sua situação não esteja madura para a rebelião, serve para nada. Tentar resistir, para ele, independe da avaliação intelectual que faz da sua situação histórica ou do seu estágio de desenvolvimento (...). Para ele, é a última chance para se salvar e, certamente, tentará resistir contra o seu destino se puder. **E uma trajetória histórica envolve (...) inúmeras situações concretas deste tipo**”<sup>6</sup> .

Ou seja, na medida em que a socialdemocracia europeia encarava a realidade da colônia a partir do “relógio histórico” (ibid., p. 568, tradução T.M.) da metrópole, criava uma hierarquia entre o proletariado industrial enquanto suposto sujeito da história que, pela via revolucionária ou pela via reformista, estava predestinado para superar as injustiças e desigualdades sociais do capitalismo em sua qualidade de sistema mundial e os povos colonizados que, ao viverem em condições de não-simultaneidade com a lei capitalista de valor, representavam nada mais do que criaturas sofridas. E como tais, precisavam ser libertadas ou ajudadas de fora para dentro.

Para os povos da periferia do mercado mundial, vítimas de uma história, na qual, para usar esta imagem de Negt e Kluge, a força sempre estava à vista, o anticolonialíssimo dos partidos socialdemocratas, revelando, por sua vez, traços

---

<sup>6</sup> Ou, como poderíamos dizer: Caso Toussaint L’Ouverture e os jacobinos negros de São Domingos (James 2000) tivessem iniciado a sua luta contra o regime colonial francês não em 1791 e sim no final do século XIX, da socialdemocracia europeia pudessem ter esperado, na melhor das hipóteses, palavras de simpatia, mas nenhum apoio concreto.

profundos de “arrogância civilizatória” (Schlesinger 1970), de “colonialismo educacional” (Bahro 1977) ou de “paternalismo” (Mitschein 1981), representava, nitidamente, um contrassenso, já que estava, de forma literal, desligado das condições reais do sistema de dominação, ao qual estavam sujeitos.

Diante disso, era uma questão de tempo até que surgissem outras leituras das perspectivas de suas lutas. E não é por acaso que os primeiros sinais desta nova leitura foram dados na Rússia, um país que, do ponto de vista do desenvolvimento de suas forças produtivas, se encontrava no início do século XX “na fronteira entre os países civilizados (...) e os países não- europeus” (Lênin, 1970, p. 868, tradução T.M.).

### III

“A história tomou um rumo tão estranho. Pariu em 1918 duas partes separadas do socialismo, uma ao lado da outra, como dois pintos em baixo da chocadeira do imperialismo internacional. A Alemanha e a Rússia personificam exemplarmente as condições da realização material do socialismo, a primeira em termos econômicos e técnicos e a segunda do ponto de vista de sua condição política.”

No entanto, este diagnóstico de Lênin (cit. in Bahro: 1977, p. 117, tradução T.M.) não se concretizou. Não veio o ansiado deslocamento do centro da revolução de Moscou para Berlim e sim a guerra civil que, depois da vitória do recém-montado exercito vermelho sobre os guardas brancos e os seus 14 aliados da Entente, colocou o país de joelhos em termos econômicos: No início de 1921, a renda nacional da Rússia era de apenas um terço de sua renda de 1913.

Diante desta enorme regressão econômica, o governo soviético introduzia em 1921 com a Nova Política Econômica (N.P.E.) um conjunto de diretrizes que acabava com as requisições do produto excedente dos camponeses, praticadas pelas instancias do Estado durante o assim chamado Comunismo de Guerra, abria canais de troca livre entre campo e cidade, privatizou empresas indústrias e comerciais de pequeno e médio porte, oferecia concessões à empresas estrangeiras para investimentos produtivos e priorizava a melhoria das condições de (re)produção do campesinato.

Mas da mesma maneira em que visava adaptar um país socioeconomicamente esgotado ao recuo das esperanças revolucionárias na Europa Ocidental, colocava na mesa a perspectiva histórica da iniciativa revolucionária bolchevique diante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da Rússia. Uma questão, levantada pelo próprio Lênin (1970, p. 868,869, tradução e destaques T.M.) em março de 1923, poucos meses antes de sua morte, nos seguintes termos:

“Será que um povo que entrou numa situação revolucionária, uma situação que surgiu na primeira guerra imperialista, será que este povo, devido à falta de perspectivas do seu futuro, **não poderia se jogar numa luta para conquistar condições não-comuns que sirvam de base para os seus avanços civilizatórios.** (...)Porque não pensar que a completa falta de perspectivas da nossa situação que, aliás, multiplicou as forças dos operários e dos camponeses, abrirá a possibilidade de desenvolver **uma via de transição para a criação dos fundamentos básicos da civilização que difere dos caminhos de todos os outros Estados da Europa ocidental?** Se para a constituição do socialismo um determinado nível cultural é indispensável (mesmo considerando que ninguém possa dizer em que, exatamente, este nível cultural consiste, já que é diferente em qualquer um dos Estados europeus ocidentais), **porque nós não deveríamos começar a conquistar este nível através de uma via revolucionária e avançar e alcançar os outros povos na base do poder dos operários e dos camponeses e da ordem soviética?”**

De qualquer maneira, ao incentivar o crescimento da oferta de bens alimentícios e industriais, a Nova Política Econômica estava aliviando a situação econômica da União Soviética. Entretanto, considerando que a produção da indústria se recuperava mais lentamente do que a da agricultura, a discrepância entre os preços dos bens industrializados e dos do setor agrícola continuava ameaçando a troca de produtos entre campo e cidade. Em 1923, diante da escassez de produtos industriais, os agricultores que dispunham de melhores condições produtivas, os kulaks, reduziram a venda do seu produto comercializável. E no final de 1927, os camponeses venderam ao Estado apenas a metade dos cereais que tinham ofertado no ano anterior, colocando em xeque a alimentação dos habitantes das zonas urbanas e dos soldados do exército vermelho. O que fazer numa situação desta natureza, na qual se tornava claro que os avanços da imperiosa industrialização retardatária do país estavam encontrando a sua limitação na “vontade dos camponeses de elevar as suas vendas mais rapidamente do que as suas compras”? (Ehrlich 1971, p. 162, tradução T.M.) Convictos da necessidade de substituir nas unidades de produção o assembleísmo democrático dos tempos da revolução por uma férrea disciplina de trabalho e partindo da ideia de que o

desenvolvimento de uma sociedade socialista passaria fatalmente pelo aproveitamento da racionalidade de planejamento que os grandes conglomerados já tinham introduzido na economia capitalista, os bolcheviques implantavam um “fordismo soviético” (Murry 1990), que se destacava por escalas de produção que ultrapassavam de longe as dos Estados Unidos, mas que estava impedido de implementar aquilo que representava o cerne da lógica do fordismo norte-americano: a intrínseca relação entre produção em massa e consumo de massa. Se os fordistas americanos insistiam que os operários que produziam automóveis, precisavam ter condições de adquirir com os seus próprios salários estes mesmos produtos, inclusive para neutralizar os mecanismos nocivos de sua desqualificação, aos quais estavam sujeitos na linha de montagem, os soviéticos, em virtude do seu modelo desenvolvimentista que favorecia a indústria de investimentos, não tinham esta opção, uma vez que a profunda e estrutural carência de bens de consumo limitava, de forma expressiva, a oferta compensatória de incentivos materiais.

Neste contexto, é importante lembrar que a implementação do ambicioso programa industrializante dos bolcheviques foi realizada dentro de um país essencialmente agrário. A revolução e a guerra civil tinham devorado aproximadamente a metade dos operários especializados dos centros indústrias, deixando a vanguarda proletária do outubro vermelho literalmente de asa quebrada e fazendo com que o expressivo crescimento do partido bolchevique entre 1917 e 1927 – o número dos seus filiados passou neste período de 24.000 para 1.000.000 de pessoas –, tenha sido alimentado por um “quadro social que nem mesmo com o maior esforço de imaginação podia ser considerado de como orientado por objetivos socialistas.” (Lewin 1986, p. 220)

Por outro lado, os camponeses, a esmagadora maioria da população, depois de terem se apropriado da terra da nobreza, rejeitavam majoritariamente qualquer iniciativa política que pudesse anular os “seus” ganhos que tinham sido proporcionados pela revolução de 1917.

### **O que fazer numa situação desta natureza?**

-- Manter a aliança com este setor social que tinha garantido o triunfo da revolução em 1917, a vitória na guerra civil em 1920 e, depois de ter sido

repactuada pela NEP em 1921, se tornado de fundamental importância para os primeiros passos da recuperação econômica do país?

--- Ou “quebrar a dependência do país em face do mujique?” (Lewin 1986, p. 238).

No meio dos próprios bolcheviques, Nikolai Bukharin, considerado por Lênin em seu famoso “testamento” como um teórico de destaque entre os mais jovens dirigentes do partido, defendia a manutenção da NPE com uma linha de argumentação que encarava a União Soviética como um “grande laboratório” que, em virtude do seu próprio atraso econômico, deveria criar uma ponte entre o proletariado das “metrópoles mundiais” e os camponeses das “zonas rurais do mundo” (Teló 1986). Em princípio, tratava-se de uma proposta altamente coerente que, além de beneficiar o mujique russo, poderia gerar, concomitantemente, insumos inovadores para as massas marginalizadas das áreas rurais de todas as regiões periféricas que, de qualquer maneira, representavam a esmagadora maioria da população mundial, tendo sido sempre tratadas, no âmbito das oficinas do marxismo europeu, como uma *quantité négligenciável*. Mas para exercer um possível papel de vanguardista na experimentação de caminhos de desenvolvimento que pudessem interligar a agricultura com o setor industrial em bases inovadoras e sustentáveis, a União Soviética precisava contar com dois recursos altamente preciosos que mais lhe faziam falta: **tempo e segurança**. Sitiada literalmente pelas potências imperialistas, não podia descartar a hipótese de uma intervenção externa que jogasse as últimas palavras da tecnologia militar contra ela. Na realidade, esta intervenção se apresentava como um perigo permanente, contra o qual havia apenas um remédio: a acelerada construção de um parque industrial dentro das fronteiras nacionais, capaz de fabricar as armas, com quais se pudesse enfrentar o inimigo em condições iguais! A assim chamada segunda revolução, deslançada no final dos anos vinte pelos stalinistas, traduz com nitidez esta problemática.

Sem dúvida, deu início à um rumo político altamente desastroso:

--- **para a própria USSR**, porque transformou os camponeses em simples objetos do processo histórico, baixou a produtividade da agricultura no país de

forma inédita e consolidou as tradições do autoritarismo do regime tsarista na vida política;

--- **para a esquerda no mundo inteiro** porque acabou identificando a ideia do socialismo com as práticas terroristas do stalinismo e, last but not least,

--- **para os países (semi)-periféricos**, porque colocou o trem da via não-capitalista ao desenvolvimento em trilhas eminentemente indústrias.

Mas não pode ser classificada simplesmente como uma política anti-racional, determinada pelo cérebro sinistro e caprichoso do “novo Dschingis Kahn”, como Bukharin tinha chamado Stalin, o seu antigo aliado no âmbito das lutas internas pelo poder no partido comunista e no estado soviético depois da morte de Lênin. Pelo contrário! Se enquadrava nos constrangimentos de uma industrialização retardatária, cuja lógica reprodutiva se afirmou ideologicamente pelo projeto da construção do “socialismo num só país”.

Neste processo, o Estado, representado pelo Partido Comunista, pelo exercito e pela burocracia, era, sem dúvida, “o único produto do século XX” (Lewin, *ibid.* 221) que dispunha em sua cúpula de quadros que eram capazes de definir novos rumos para o desenvolvimento do país. Mas no que dizia respeito à implementação destes mesmos rumos, era mais refém do que senhor da situação: Em consequência de sua decisão de realizar, concomitantemente, a coletivização das propriedades camponesas e a aceleração da industrialização, enfrentava graves tensões, conflitos e confrontos no seio da própria sociedade soviética que, depois do abandono da NEP, procurava neutralizar através de políticas extremamente repressivas. Estas, por sua vez, encobertas pelo culto ao grande líder Stalin, fizeram nascer um “Estado Prisão” (Victor Serge) que generalizava as práticas despóticas em todo o processo desenvolvimentista.

Mas é importante notar, que atrás das intensas discussões que os bolcheviques travavam no decorrer dos anos 20 sobre o caminho da industrialização do país, se escondia uma enorme vontade de evitar o altíssimo custo social que a implementação da primeira experiência não-capitalista ao desenvolvimento industrial produziria fatalmente.

No entanto, uma vez iniciada com vigor e de maneira sistemática pelo grupo stalinista, aliás, através de “uma máquina de violência que teria deixado Pedro o Grande pálido e com inveja” (Bahro 1977, p. 118, tradução T.M.), e que controlava, com mão de ferro, os efeitos nocivos dos crescentes desequilíbrios entre campo e cidade, agricultura e indústria e indústria leve e indústria pesada, este modelo industrializante acabou proporcionando resultados surpreendentes. Permitiu aos soviéticos de montar, em tempo recorde, uma sólida base econômica a partir da qual conseguiram rechaçar o ataque das forças armadas da Alemanha nazista e sair da segunda guerra mundial como superpotência no cenário internacional.

De qualquer maneira, a experiência soviética revelava a enorme importância da intervenção do Estado no processo desenvolvimentista num momento histórico em que a grande depressão de 1929 e a segunda guerra mundial tinham levantado enormes incertezas sobre o próprio futuro do capitalismo mundial, confirmando, inclusive, o diagnóstico de Trotzki (1960, p. 20, tradução T.M.) sobre o “privilegio do atraso histórico” que permite ao late-comer na corrida desenvolvimentista de se apropriar "do produto acabado antes da hora e queimar etapas intermediárias." No entanto, o preço pago pela queimada de etapas na Rússia Soviética, aliás em sua condição de ilha isolada no mar movimentado do mercado mundial, foi a transformação do marxismo numa teoria de modernização para países (semi)-periféricos que cortou, de maneira profunda, a ligação umbilical entre democracia e socialismo, chegando ao seu auge na **Queda do Muro de Berlim**.

**Será continuado em maio de 2021**